



## Concurso Público para provimento de cargos vagos Técnico Judiciário Auxiliar

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'F', Tipo 002

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-002

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

# PROVA

## Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos

### INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde à sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

### ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 3 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a Folha de Respostas.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



## CONHECIMENTOS GERAIS

## Português

Atenção: Para responder às questões de números 01 a 11, considere o texto abaixo.

1 Amélia, 80, interrompe sonho de ter vaga na universidade para comprar geladeira. Amélia Pires fará 80 anos em 6 de dezembro um pouco mais distante de seu sonho. Há anos faz o exame vestibular para o curso de administração.

2 Mas este ano teve de desistir. A geladeira estava imprestável, e o dinheiro da inscrição – ajuda de um sobrinho – foi usado para pagar a prestação de uma nova. (*Cotidiano*, 24 de novembro de 2008)

3 *Não foi uma decisão fácil, como se pode imaginar. Curso de administração ou geladeira? A favor de ambas as coisas, o curso e a geladeira, havia argumentos.*

4 *O curso era algo com que sonhava havia muito tempo, desde jovem, para dizer a verdade. Primeiro, porque era uma fervorosa admiradora da atividade em si, da administração. Organizar as coisas, fazer com que funcionem, levar uma empresa ao sucesso, mesmo em épocas de crise, sobretudo em épocas de crise, parecia-lhe um objetivo verdadeiramente arrebatador. Com o curso, ela poderia tornar-se, mesmo com idade avançada, numa daquelas dinâmicas executivas cuja foto via em jornais e em revistas.*

5 *Mas a geladeira... A verdade é que ela precisava de uma geladeira nova. A antiga estava estragada, e tão estragada que o homem do conserto a aconselhara a esquecer “aquele traste” e partir para algo mais moderno. E isso precisava ser feito com urgência: todos os dias estava jogando fora comida que estragara por causa do inconfiável eletrodoméstico.*

6 *Era o curso ou a geladeira. Era apostar no futuro ou resolver os problemas do presente. Ou se inscrevia na universidade ou pagava a prestação na loja: tinha de escolher. Dilema penoso. Durante duas noites não dormiu, fazendo a si própria cálculos e ponderações. “Faça o curso”, sussurrava-lhe ao ouvido uma vizinha, “você será outra pessoa, uma pessoa com conhecimento, com dignidade, uma pessoa que todos respeitarão”. E aí intervinha outra vizinha: “Deixe de bobagens, querida. Geladeira é comida, e comida é o que importa. Como é que você vai se alimentar se a comida continuar estragando desse jeito? Seja prática.” Duas vizinhas. Anjinho e diabinho? Nesse caso, qual era a voz do anjinho, qual a do diabinho? Mistério.*

7 *Na manhã do terceiro dia sentiu um mau cheiro insuportável, vindo da cozinha. Foi até lá, abriu a geladeira e, claro, era a carne que simplesmente tinha apodrecido.*

8 *Foi a gota d'água. Vestiu-se, foi até a loja, e comprou a geladeira nova. Que lhe foi entregue naquele mesmo dia. Era uma bela geladeira, com muitos dispositivos que ela mal conhecia. “Vou ter de fazer um curso para aprender a operar essa coisa”, disse ao homem da entrega. Ele concordou: “Sempre é bom fazer cursos”.*

9 *Instalada a geladeira, ela tratou de colocar ali os alimentos e as bebidas. Foi então que encontrou a garrafa de champanhe. O champanhe que tinha comprado para celebrar com os vizinhos a sua entrada na universidade. Suspirou. O que fazer com aquilo, agora? Dar de presente para o sobrinho que a ajudara com o dinheiro da inscrição?*

10 *Resolveu guardar a garrafa. Bem no fundo da geladeira. Um dia ela ainda ingressaria no curso de administração, um dia brindaria a seu futuro. Era só questão de esperar. Sem medo: uma boa geladeira conserva qualquer champanhe.*

(Adaptado de: SCLiar, Moacyr. “O futuro na geladeira”. **Folha de S.Paulo**, 01.12.2008)

1. A expressão *Dilema penoso* (6º parágrafo) estabelece uma relação de oposição com a seguinte expressão:

- (A) *dinâmicas executivas* (4º parágrafo)
- (B) *fervorosa admiradora* (4º parágrafo)
- (C) *decisão fácil* (3º parágrafo)
- (D) *cheiro insuportável* (7º parágrafo)
- (E) *inconfiável eletrodoméstico* (5º parágrafo)



2. Em *Organizar as coisas, fazer com que funcionem, levar uma empresa ao sucesso, mesmo em épocas de crise, sobretudo em épocas de crise, parecia-lhe um objetivo verdadeiramente arrebatador* (4º parágrafo), o termo sublinhado pode ser substituído, sem prejuízo para o sentido, por
- (A) implacável.
  - (B) sedutor.
  - (C) sistemático.
  - (D) desolador.
  - (E) maçante.
- 
3. *uma pessoa com conhecimento, com dignidade, uma pessoa que todos respeitarão* (6º parágrafo)  
*Era uma bela geladeira, com muitos dispositivos que ela mal conhecia* (8º parágrafo)
- Os termos sublinhados referem-se, respectivamente, a
- (A) *pessoa e ela.*
  - (B) *todos e geladeira.*
  - (C) *todos e dispositivos.*
  - (D) *pessoa e geladeira.*
  - (E) *pessoa e dispositivos.*
- 
4. Está empregada em sentido figurado a expressão sublinhada em
- (A) *Foi a gota d'água* (8º parágrafo)
  - (B) *Bem no fundo da geladeira* (10º parágrafo)
  - (C) *sobretudo em épocas de crise* (4º parágrafo)
  - (D) *mesmo com idade avançada* (4º parágrafo)
  - (E) *resolver os problemas do presente* (6º parágrafo)
- 
5. Em *O champanhe que tinha comprado para celebrar com os vizinhos a sua entrada na universidade* (9º parágrafo), o trecho sublinhado exprime ideia de
- (A) conclusão.
  - (B) condição.
  - (C) causa.
  - (D) consequência.
  - (E) finalidade.
- 
6. Verifica-se a ocorrência de voz passiva no seguinte trecho:
- (A) *A verdade é que ela precisava de uma geladeira nova*
  - (B) *o dinheiro da inscrição (...) foi usado para pagar a prestação de uma nova*
  - (C) *Amélia, 80, interrompe sonho de ter vaga na universidade*
  - (D) *Mas este ano teve de desistir*
  - (E) *O curso era algo com que sonhava havia muito tempo*
- 
7. Retoma um termo mencionado anteriormente no texto a palavra sublinhada em:
- (A) *Vestiu-se, foi até a loja, e comprou a geladeira nova.* (8º parágrafo)
  - (B) *Durante duas noites não dormiu, fazendo a si própria cálculos e ponderações* (6º parágrafo)
  - (C) *A antiga estava estragada, e tão estragada que o homem do conserto a aconselhara a esquecer "aquele traste"* (5º parágrafo)
  - (D) *Dar de presente para o sobrinho que a ajudara com o dinheiro da inscrição?* (9º parágrafo)
  - (E) *Foi até lá, abriu a geladeira e, claro, era a carne que simplesmente tinha apodrecido* (7º parágrafo)



8. Mantendo o sentido original, o trecho “Faça o curso”, sussurrava-lhe ao ouvido uma vozinha (6º parágrafo) assume a seguinte redação em discurso indireto: Uma vozinha
- (A) sussurrava-lhe ao ouvido: que faça o curso.  
(B) sussurrou-lhe ao ouvido: – Faça o curso.  
(C) sussurrava-lhe ao ouvido que fizesse o curso.  
(D) que lhe sussurrava ao ouvido disse que fará o curso.  
(E) ao sussurrar-lhe ao ouvido disse que fizera o curso.
9. Verifica-se a supressão de um substantivo que pode ser inferido pelo contexto no seguinte trecho:
- (A) o dinheiro da inscrição – ajuda de um sobrinho – foi usado para pagar a prestação de uma nova. (2º parágrafo)  
(B) Como é que você vai se alimentar se a comida continuar estragando desse jeito? (6º parágrafo)  
(C) A favor de ambas as coisas, o curso e a geladeira, havia argumentos. (3º parágrafo)  
(D) Não foi uma decisão fácil, como se pode imaginar (3º parágrafo)  
(E) o homem do conserto a aconselhara a esquecer “aquele traste” (5º parágrafo)
10. Confere sentido hipotético ao enunciado o verbo sublinhado em:
- (A) A verdade é que ela precisava de uma geladeira nova (5º parágrafo)  
(B) Um dia ela ainda ingressaria no curso de administração (10º parágrafo)  
(C) Na manhã do terceiro dia sentiu um mau cheiro insuportável (7º parágrafo)  
(D) todos os dias estava jogando fora comida que estragara (5º parágrafo)  
(E) ela tratou de colocar ali os alimentos e as bebidas (9º parágrafo)
11. A forma verbal em negrito deve sua flexão ao termo sublinhado em:
- (A) **Foi a gota d'água.** (8º parágrafo)  
(B) Mas este ano **teve** de desistir. (2º parágrafo)  
(C) A favor de ambas as coisas, o curso e a geladeira, **havia** argumentos. (3º parágrafo)  
(D) Foi então que **encontrou a garrafa de champanhe.** (9º parágrafo)  
(E) E aí **intervinha** outra vozinha (6º parágrafo)

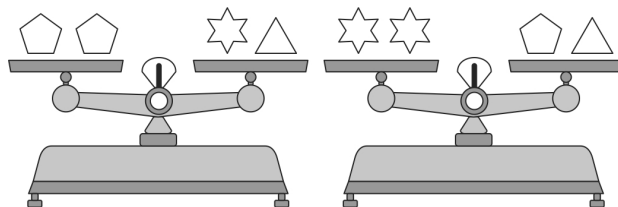
12. Ela tomou a decisão <sup>I</sup> ..... pouco tempo. Chegou <sup>II</sup> ..... conclusão de que não valia <sup>III</sup> ..... pena adiar a compra da geladeira.

Em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa, as lacunas I, II e III do texto devem ser preenchidas, respectivamente, por:

- (A) há – à – a  
(B) há – à – à  
(C) a – à – a  
(D) há – a – a  
(E) a – à – à

### Raciocínio Lógico-Matemático

13. Sabe-se que objetos iguais têm o mesmo peso e que uma balança de pratos está em equilíbrio quando, nos dois pratos, há o mesmo peso. Objetos em forma de pentágono, estrela e triângulo foram colocados nas balanças de maneira que as duas estejam em equilíbrio, como na figura abaixo:

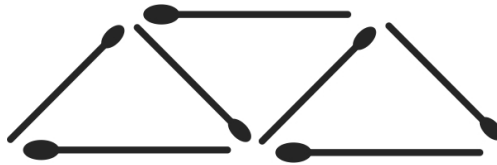


Nesse caso,

- (A) uma estrela pesa o mesmo que um triângulo, que, por sua vez, tem a metade do peso de um pentágono.  
(B) um pentágono pesa o mesmo que duas estrelas.  
(C) três estrelas pesam o mesmo que quatro triângulos.  
(D) os três objetos têm o mesmo peso.  
(E) dois triângulos pesam o mesmo que três pentágonos.



14. Observe, abaixo, os três triângulos formados por 7 palitos de fósforo. Lúcia quer construir uma faixa horizontal de 120 triângulos, seguindo a mesma regra de construção da figura.



O número de palitos que Lúcia precisará para isso é

- (A) 239.
  - (B) 238.
  - (C) 242.
  - (D) 240.
  - (E) 241.
- 
15. Um tabuleiro de Sudoku de dimensão 4 é um quadrado  $4 \times 4$  subdividido em quatro quadrados  $2 \times 2$  demarcados. Observe na figura abaixo um tabuleiro desse tipo parcialmente preenchido.

X	3	1	4
Y	2	3	
3			Z

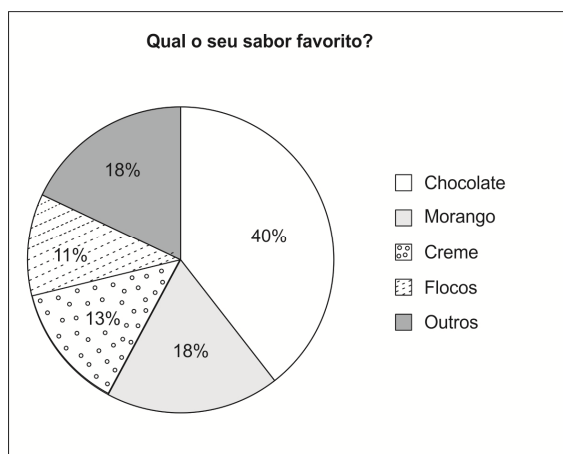
Para terminar de preenchê-lo, é preciso colocar os números de 1 a 4, sem repetição, em cada linha, em cada coluna e em cada quadrado  $2 \times 2$  demarcado. Preenchido corretamente o tabuleiro na figura, obtém-se que  $X + Y + Z$  é igual a

- (A) 10.
  - (B) 9.
  - (C) 7.
  - (D) 8.
  - (E) 6.
- 
16. Considere um dado padrão, isto é, um cubo cujas faces estão numeradas com os números 1, 2, 3, 4, 5 e 6, de modo que a soma dos números em quaisquer duas faces opostas seja igual a 7. Se, após o lançamento do dado sobre uma mesa, a face com o número 6 está voltada para cima, então a soma dos números nas faces visíveis é
- (A) 20.
  - (B) 19.
  - (C) 17.
  - (D) 18.
  - (E) 15.



17. Adão, Beto e Celso são casados com Ana, Bella e Clara, e atuam como advogado, engenheiro e matemático, não necessariamente nas ordens mencionadas. Sabe-se que Beto não é casado com Ana; Adão não é matemático e é casado com Clara. Além disso, o advogado é casado com Bella. É correto afirmar que
- (A) Clara é casada com o advogado.
  - (B) Ana é casada com o matemático.
  - (C) Celso é casado com Bella.
  - (D) Adão é advogado.
  - (E) Beto é engenheiro.

18. Foi perguntado às 200 crianças de uma escola infantil qual é o seu sabor favorito de sorvete. Os resultados encontram-se no gráfico de setores abaixo.



É correto afirmar que

- (A) menos de 105 crianças preferem creme ou chocolate.
  - (B) menos de 100 crianças preferem chocolate ou morango.
  - (C) mais de 20 crianças preferem creme.
  - (D) mais de 90 crianças preferem chocolate.
  - (E) menos de 20 crianças preferem flocos.
- Noções dos Direitos das Pessoas com Deficiência**
19. João tem quinze anos e é pessoa com deficiência. João dirigiu-se à autoridade policial competente e alegou ter sofrido violência, pois seu genitor, em sua residência, intencionalmente e de forma negligente, deixou de lhe fornecer vestimentas, de prestar cuidados com higiene e cuidados escolares, o que lhe causou sofrimento psicológico. De acordo com a Lei nº 13.146/2015, a conduta narrada
- (A) não caracteriza violência contra a pessoa com deficiência, pois para tanto é necessário que a violência cause morte ou dano físico.
  - (B) não caracteriza violência contra a pessoa com deficiência, pois esta pressupõe conduta ativa, o que não ocorreu na hipótese.
  - (C) caracteriza violência contra a pessoa com deficiência, por preencher os requisitos legais.
  - (D) caracteriza violência contra a pessoa com deficiência, pois, apesar da Lei nº 13.146/2015 não trazer os requisitos para a sua configuração, qualquer conduta negligente configura a violência.
  - (E) não caracteriza violência contra a pessoa com deficiência, pois para a configuração dessa conduta específica é necessário que seja praticada em local público.
20. O semáforo com aviso sonoro auxilia na travessia segura das pessoas com deficiência visual. Nos termos específicos da Lei nº 10.098/2000, trata-se de exemplo de
- (A) barreira urbanística.
  - (B) desenho universal.
  - (C) elemento de urbanização.
  - (D) mobiliário urbano.
  - (E) ajuda técnica.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Administrativo**

21. A Lei Complementar nº 491, de 20 de janeiro de 2010, criou o Estatuto Jurídico Disciplinar do Estado de Santa Catarina. Referido diploma
- (A) é aplicável somente aos servidores da Administração Direta do Estado.
  - (B) é aplicável apenas aos servidores titulares de cargo efetivo.
  - (C) estabelece normas de responsabilização penal aplicáveis a todos os servidores da Administração Estadual.
  - (D) é aplicável a todos os servidores públicos, exceto os titulares de cargo comissionado, cuja responsabilidade é apenas política.
  - (E) admite a cumulação de sanções civis, penais e administrativas pela mesma conduta.
- 
22. Analise as seguintes situações:
- I. Uma chuva torrencial provocou enchente em bairro da Cidade, e constatou-se que o sistema de drenagem pluvial não sofria manutenção há meses.
  - II. Um policial envolve-se em troca de tiros com assaltantes e acaba baleando um pedestre que passava próximo ao local.
- Considerando as teorias vigentes sobre responsabilidade extracontratual do Estado e no entendimento dominante da doutrina e jurisprudência,
- (A) na situação I, haverá responsabilidade estatal na modalidade subjetiva, com base na teoria da falta do serviço, uma vez patenteado o mau funcionamento do serviço que deveria evitar ou minorar o evento danoso.
  - (B) em ambas as situações será aplicado o regime de responsabilidade objetiva, baseado na teoria do risco administrativo.
  - (C) na situação I, o ente estatal não será responsabilizado, pois se trata de situação de força maior, não imputável à atuação do Poder Público.
  - (D) em ambas as situações será aplicado o regime de responsabilidade subjetiva, desde que comprovada a culpa dos agentes públicos envolvidos nas atividades.
  - (E) na situação II, o ente estatal não será responsabilizado, pois o nexo causal decorreu de comportamento de terceiro, no caso, o assaltante.
- 
23. Sobre as características de entidades da administração indireta, considere:
- I. Sempre terão personalidade de direito público.
  - II. Poderão assumir personalidade de direito público ou de direito privado, a depender de sua lei de instituição/autorização.
- As características I e II correspondem, respectivamente, às figuras:
- (A) agência executiva e agência reguladora.
  - (B) empresa pública e sociedade de economia mista.
  - (C) autarquia e consórcio público.
  - (D) agência e empresa pública.
  - (E) fundação governamental e autarquia.
- 
24. Nos termos da Constituição Federal de 1988, o poder regulamentar é
- (A) a faculdade conferida ao Supremo Tribunal Federal para complementar as leis por meio de Súmulas Vinculantes.
  - (B) conferido ao Chefe do Poder Executivo para sancionar ou vetar as leis.
  - (C) a competência que os Estados e Municípios têm para suplementar a legislação nacional.
  - (D) sujeito a controle pelo Poder Legislativo, que poderá sustar os atos normativos do Poder Executivo que sejam considerados exorbitantes.
  - (E) concedido exclusivamente ao Senado Federal, que o exerce por meio de suas comissões.
- 
25. Nos termos da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Santa Catarina, o instituto da disponibilidade remunerada
- (A) é inconstitucional, por caracterizar hipótese de enriquecimento sem causa.
  - (B) é aplicável a quaisquer servidores estatutários, seja qual for a natureza do provimento.
  - (C) não afasta a aplicação das normas sobre acumulação remunerada e respectivas exceções.
  - (D) impede a aposentadoria do servidor, que deve aguardar eventual aproveitamento para requerimento de passagem à inatividade.
  - (E) é uma penalidade disciplinar, aplicável aos servidores que estejam em estágio probatório.



26. A propósito do Sistema de Registro de Preços, a Lei nº 8.666/1993
- (A) determina a validade dos preços pelo prazo de dezoito meses.
  - (B) exige que os preços sejam publicados trimestralmente, na imprensa oficial.
  - (C) obriga a Administração a celebrar o contrato com o participante que ofereceu o menor preço.
  - (D) proíbe o uso de tal sistema para serviços, somente podendo ser utilizado para compras.
  - (E) impõe a adoção da modalidade tomada de preços para a seleção dos preços registrados.
- 
27. A propósito do Conselho da Magistratura, o Regimento Interno do Tribunal de Justiça de Santa Catarina estatui que o órgão
- (A) tem função regulamentadora e disciplinar das atividades judicial e extrajudicial.
  - (B) é composto por seis desembargadores, eleitos por todos os membros da magistratura estadual.
  - (C) tem competência para julgar as ações diretas de inconstitucionalidade contra leis municipais, em face da Constituição Estadual.
  - (D) é presidido pelo corregedor-geral da Justiça.
  - (E) pode emitir súmulas para uniformização da jurisprudência do Judiciário Estadual.

### Noções de Direito Constitucional

Atenção: Para responder às questões de números 28 a 34, considere a Constituição Federal de 1988.

28. A adoção de medidas provisórias pelo Presidente da República, por motivo de relevância e urgência, relativas a direitos políticos e a partidos políticos é
- (A) permitida nas duas hipóteses apresentadas, situações em que tais medidas deverão ser apreciadas, conjuntamente, pelo Senado e pela Câmara dos Deputados, desde logo, em regime de urgência.
  - (B) permitida somente na primeira hipótese apresentada.
  - (C) vedada, expressamente, nas duas hipóteses apresentadas.
  - (D) vedada na primeira hipótese apresentada e permitida na segunda, devendo a medida, nesse caso, ser submetida de imediato ao Congresso Nacional.
  - (E) permitida nas duas hipóteses apresentadas, não havendo necessidade de submeter tais medidas, de imediato, ao Congresso Nacional, tendo em vista a relevância e a urgência que as justificam.
- 
29. Admitida acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Senado Federal pela suposta prática de ato que constitui crime, ficando suspenso de suas funções após a instauração do respectivo processo. Considerando a hipótese de que o julgamento não seja concluído dentro de cento e oitenta dias, o afastamento do Presidente da República
- (A) cessará, encerrando-se, conseqüentemente, o processo instaurado no âmbito do Senado Federal, não se podendo mais afirmar que o Presidente da República tenha cometido infração penal comum ou crime de responsabilidade.
  - (B) não cessará, devendo o processo, diante da inércia do Senado, prosseguir perante o Supremo Tribunal Federal, podendo-se afirmar que, à vista do quanto acima exposto, a situação descrita trata de acusação da prática de crime de responsabilidade praticado pelo Presidente da República.
  - (C) não cessará, devendo o processo, diante da inércia do Senado, prosseguir perante o Supremo Tribunal Federal, ao qual caberá o julgamento do Presidente da República, podendo-se afirmar que, à vista do quanto acima exposto, a situação descrita trata de acusação da prática de infração penal comum pelo Presidente da República.
  - (D) cessará, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo no Senado, podendo-se afirmar que, à vista do quanto acima exposto, a situação descrita trata de acusação da prática de infração penal comum pelo Presidente da República.
  - (E) cessará, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo no Senado, podendo-se afirmar que, à vista do quanto acima exposto, a situação descrita trata de acusação da prática de crime de responsabilidade pelo Presidente da República.
- 
30. Quanto ao Conselho Nacional de Justiça e aos Tribunais e Juízes Eleitorais,
- (A) são órgãos do Poder Judiciário, sendo que as ações contra o Conselho Nacional de Justiça serão processadas e julgadas originariamente pelo Supremo Tribunal Federal.
  - (B) não são órgãos do Poder Judiciário, sendo que as ações contra o Conselho Nacional de Justiça poderão ser processadas e julgadas originariamente pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça, conforme o caso.
  - (C) apenas os Tribunais Eleitorais são órgãos do Poder Judiciário, enquadrando-se o Conselho Nacional de Justiça dentre as funções essenciais à Justiça.
  - (D) não são órgãos do Poder Judiciário, sendo que as ações contra o Conselho Nacional de Justiça serão julgadas originariamente pelo Supremo Tribunal Federal.
  - (E) apenas o Conselho Nacional de Justiça e os Tribunais Eleitorais são órgãos do Poder Judiciário, sendo que as ações contra o Conselho Nacional de Justiça serão processadas e julgadas originariamente pelo Superior Tribunal de Justiça.





31. Jacinto, com nacionalidade originária uruguaia, mas naturalizado brasileiro, exerce, no Brasil, mandato de Deputado Federal e deseja concorrer à eleição para Presidente da Câmara dos Deputados. Nesse quadro, considerando-se apenas as informações fornecidas, Jacinto
- (A) não poderá ocupar o cargo para o qual deseja se candidatar, salvo expressa previsão em lei complementar, caso em que deverá comprovar a aptidão para o seu exercício.
  - (B) poderá ocupar o cargo para o qual deseja se candidatar, desde que não venha a ter cancelada sua naturalização, por sentença transitada em julgado.
  - (C) não poderá ocupar o cargo para o qual deseja se candidatar e deverá ser destituído do cargo de Deputado Federal que irregularmente ocupa, porquanto ambos são cargos privativos de brasileiro nato.
  - (D) poderá ocupar o cargo para o qual deseja se candidatar, pois não pode haver distinção entre brasileiros natos e naturalizados.
  - (E) não poderá ocupar o cargo para o qual deseja se candidatar por não ser brasileiro nato, embora possa manter o mandato de Deputado Federal.

32. Tibúrcio, pela primeira vez, elegeu-se, nas últimas eleições, Governador de determinado Estado e, tendo em vista o sucesso obtido com seus eleitores, deseja, nas próximas eleições gerais, candidatar-se à reeleição. Já Elza estreou na política elegendando-se a atual Prefeita de determinado Município, mas deseja, nas próximas eleições gerais, candidatar-se à Presidência da República. Considerando-se apenas os dados fornecidos no caso hipotético apresentado, Tibúrcio
- (A) poderá ser reeleito para o mesmo cargo, mas Elza é obrigada a cumprir seu mandato até o fim, respeitando a vontade popular que a elegeu.
  - (B) poderá ser reeleito para um único período subsequente, e Elza poderá candidatar-se à Presidência se renunciar ao mandato que atualmente exerce até seis meses antes do pleito.
  - (C) e Elza poderão candidatar-se aos cargos que desejam desde que ambos renunciem aos mandatos que exercem até seis meses antes do pleito.
  - (D) não poderá ser reeleito, pois não é permitida a reeleição para o cargo de Governador, e Elza poderá candidatar-se à Presidência se renunciar ao mandato que exerce até seis meses antes do pleito.
  - (E) e Elza poderão candidatar-se aos cargos que desejam sem necessidade de renúncia aos respectivos mandatos.

33. Considere:

- I. Caio é membro do Ministério Público Federal.
- II. Mustafá é membro do Ministério Público do Trabalho.
- III. Dionísio é membro do Ministério Público de determinado Estado.
- IV. Arnaldo é membro do Ministério Público Militar.

Sendo certo que todos ingressaram na carreira no ano 2000, à vista, somente, dos dados fornecidos,

- (A) a todos é vedado o percebimento, a qualquer título, de honorários e percentagens, podendo, entretanto, receber as custas processuais, na forma da lei.
- (B) apenas a Dionísio é vedado o exercício de qualquer outra função pública, inclusive uma de magistério.
- (C) apenas a Caio, Mustafá e Arnaldo é vedado o exercício da advocacia.
- (D) a todos é vedado participar de sociedade comercial, na forma da lei.
- (E) apenas a Dionísio é permitida a atividade político-partidária.

34. Sobre direitos e deveres individuais e coletivos, considere:

- I. As entidades associativas têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente, independentemente de autorização expressa.
- II. No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, mesmo que não haja dano, uma vez que este é presumido.
- III. A prática de racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
- IV. Às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
- (B) II, III e IV.
- (C) III e IV.
- (D) I e II.
- (E) I e IV.

**Noções de Direito Civil**

35. De acordo com o Código Civil, a incapacidade das pessoas menores de dezoito anos
- (A) cessará pela morte de ambos os pais.
  - (B) é sempre absoluta.
  - (C) é sempre relativa.
  - (D) cessará pela colação de grau em curso superior.
  - (E) cessará pela concessão dos pais, mediante instrumento particular.
- 
36. De acordo com o Código Civil, a manifestação de vontade no negócio jurídico
- (A) só terá eficácia se for presenciada por pelo menos duas testemunhas, salvo se exprimida por escrito, em instrumento público ou particular.
  - (B) pode ser suprida pelo silêncio de uma das partes, quando as circunstâncias ou os usos o autorizem e não for necessária a declaração de vontade expressa.
  - (C) deve ser exprimida em instrumento público sempre que envolver direitos sucessórios.
  - (D) deve ser exprimida em instrumento público quando envolver bens móveis de valor superior a cem vezes o salário mínimo vigente.
  - (E) jamais subsistirá se o seu autor houver feito a reserva mental de não querer o que manifestou.
- 
37. De acordo com o Código Civil, o negócio jurídico simulado é
- (A) válido, exceto no caso de dissimulação.
  - (B) anulável, não sendo suscetível de confirmação.
  - (C) anulável, mas é suscetível de confirmação.
  - (D) nulo, não sendo suscetível de confirmação.
  - (E) nulo, mas é suscetível de confirmação.
- 
38. De acordo com o Código Civil, a renúncia à decadência prevista em lei é
- (A) vedada apenas aos incapazes.
  - (B) nula.
  - (C) admitida somente se prevista em contrato.
  - (D) admitida mesmo sem previsão em contrato.
  - (E) admitida apenas se realizada em juízo.
- 
39. Na locação de coisas móveis regida pelo Código Civil, o locatário
- (A) tem direito de retenção por benfeitorias necessárias, mesmo feitas sem o consentimento expresso do locador, salvo disposição contratual em contrário.
  - (B) não tem direito de retenção por benfeitorias, sejam elas necessárias ou úteis, salvo disposição contratual em contrário.
  - (C) tem direito de retenção apenas por benfeitorias necessárias, sendo nula disposição contratual que exclua ou restrinja tal direito.
  - (D) tem sempre direito de retenção por benfeitorias necessárias, mas apenas se feitas com consentimento expresso do locador.
  - (E) tem direito de retenção por benfeitorias necessárias ou úteis, sendo nula disposição contratual que exclua ou restrinja tal direito.
- 
40. De acordo com o Código Civil, a restituição por enriquecimento sem causa
- (A) não será cabível se o enriquecimento tiver por objeto coisa determinada que não mais subsistia ao tempo do exercício da pretensão, que se sujeita a prazo decadencial.
  - (B) será feita sem correção monetária ou incidência de juros de mora se não tiver havido má-fé por parte daquele que, sem justa causa, tiver se enriquecido à custa de outrem.
  - (C) não será cabível se a lei conferir ao lesado outros meios para se ressarcir do prejuízo sofrido.
  - (D) é devida apenas quando não tenha havido causa que justifique o enriquecimento, mas não quando esta tenha deixado de existir.
  - (E) não será cabível se aquele que, sem justa causa, tiver se enriquecido à custa de outrem não tiver procedido com dolo ou culpa.
- 
41. De acordo com o Código Civil, o credor que demandar o devedor antes de vencida a dívida, fora dos casos em que a lei o permita, ficará obrigado a
- (A) esperar o tempo que faltava para o vencimento e a pagar as custas em dobro, mas, mesmo tendo agido de má-fé, não precisará descontar os juros correspondentes que tenham sido estipulados.
  - (B) pagar ao devedor o dobro do que houver cobrado, independentemente de ter agido ou não de má-fé.
  - (C) pagar ao devedor o dobro do que houver cobrado, caso tenha agido de má-fé.
  - (D) pagar ao devedor a metade do que houver cobrado, salvo se tiver agido de boa-fé.
  - (E) esperar o tempo que faltava para o vencimento, a descontar os juros correspondentes, embora estipulados, e a pagar as custas em dobro.

**Noções de Direito Processual Civil**

42. De acordo com o Código de Processo Civil, o erro de forma do processo acarreta a anulação
- (A) de todos os atos do processo, desde o despacho inicial.
  - (B) de todos os atos do processo, desde o ajuizamento da ação.
  - (C) dos atos do juiz, mas jamais das partes.
  - (D) dos atos que não possam ser aproveitados, apenas.
  - (E) dos atos das partes, mas jamais do juiz.
- 
43. De acordo com o Código de Processo Civil, tramitam necessariamente em segredo de justiça os processos que versem sobre
- (A) interdição, emancipação e arbitragem, independentemente de comprovação de acordo de confidencialidade.
  - (B) divórcio, inventário e danos morais.
  - (C) alimentos, filiação e união estável.
  - (D) casamento, divórcio e danos morais.
  - (E) execução, alimentos e guarda de crianças.
- 
44. Quando ordenada por juiz incompetente, a citação válida
- (A) somente produz efeitos se o processo versar sobre direitos disponíveis.
  - (B) não produz efeito.
  - (C) não torna litigiosa a coisa, mas constitui em mora o devedor.
  - (D) torna litigiosa a coisa, mas não constitui em mora o devedor.
  - (E) induz litispendência.
- 
45. De acordo com o Código de Processo Civil, a carta rogatória será expedida para que órgão jurisdicional
- (A) integrante de outro ramo da Justiça brasileira pratique ou determine o cumprimento de ato relativo a pedido de cooperação judiciária.
  - (B) estrangeiro pratique ato de cooperação jurídica internacional, relativo a processo em curso perante órgão jurisdicional brasileiro.
  - (C) brasileiro pratique ou determine o cumprimento, na área de sua competência territorial, de ato relativo a pedido de cooperação judiciária formulado por órgão jurisdicional de competência territorial diversa.
  - (D) estrangeiro ou brasileiro pratique ou determine o cumprimento, na área de sua competência territorial, de ato objeto de pedido de cooperação judiciária formulado por juízo arbitral, inclusive os que importem efetivação de tutela provisória.
  - (E) da primeira instância pratique, na área de sua competência territorial, ato objeto de determinação de Tribunal.
- 
46. De acordo com o Código de Processo Civil, a liquidação de sentença
- (A) não poderá ser realizada na pendência de recurso.
  - (B) exige, em todos os casos, nova citação do devedor.
  - (C) observará o procedimento comum quando houver necessidade de alegar e provar fato novo.
  - (D) somente será realizada por arbitramento se houver convenção das partes nesse sentido.
  - (E) admite a rediscussão de todos os aspectos da lide.
- 
47. De acordo com o Código de Processo Civil, o ajuizamento de ação visando declarar a inexigibilidade de débito constante de título executivo extrajudicial
- (A) não inibe o credor de promover a execução desse título.
  - (B) implica a extinção do processo de execução desse título.
  - (C) implica a extinção, sem resolução de mérito, dos embargos do devedor opostos contra a execução desse título.
  - (D) implica a suspensão automática do processo de execução desse título até que venha a ser julgada em definitivo.
  - (E) implica a suspensão automática do processo de execução desse título até que venha a ser julgada em primeiro grau de jurisdição.
- 
48. De acordo com a lei que o disciplina, no mandado de segurança
- (A) não se admite litisconsórcio ativo, exceto apenas para a tutela de direitos coletivos.
  - (B) não é admitido o ingresso de litisconsorte ativo após o despacho da petição inicial.
  - (C) não se admite, em nenhuma hipótese, litisconsórcio ativo.
  - (D) será admitido o ingresso de litisconsorte ativo em qualquer fase do processo, desde que anterior à prolação da sentença.
  - (E) só se admite o ingresso de litisconsorte ativo após o despacho da petição inicial se houver concordância da autoridade coatora.

**Noções de Direito Penal**

49. Sobre o princípio da legalidade:
- (A) requer que além de prévia, a lei seja taxativa.
  - (B) limita-se à prévia definição do crime, mas a pena pode ser cominada posteriormente.
  - (C) aplica-se a crime e contravenções penais, salvo crimes hediondos e equiparados.
  - (D) permite a retroatividade da lei penal em caso de crime violento e sexual.
  - (E) constitui um entrave ao combate da criminalidade violenta no Brasil.
- 
50. Constitui crime imprescritível:
- (A) latrocínio.
  - (B) homicídio.
  - (C) racismo.
  - (D) estupro de vulnerável.
  - (E) assédio sexual.
- 
51. Considera-se em legítima defesa aquele que
- (A) pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.
  - (B) repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem, usando moderadamente dos meios necessários.
  - (C) comete o fato sob coação irresistível ou em estrita obediência a ordem, não manifestamente ilegal, de superior hierárquico.
  - (D) era, ao tempo da ação ou da omissão, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
  - (E) desiste voluntariamente de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados.
- 
52. Sobre o regime fechado:
- (A) deve ser cumprido integralmente em regime fechado pelos autores de crime hediondo.
  - (B) baseia-se na autodisciplina e senso de responsabilidade do condenado.
  - (C) o condenado fica sujeito a trabalho em comum no período diurno, em colônia industrial.
  - (D) a pena é cumprida em estabelecimento de segurança máxima ou média.
  - (E) dispõe de saídas temporárias em feriados e datas festivas.
- 
53. Configura o crime de corrupção ativa:
- (A) Solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função.
  - (B) Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.
  - (C) Facilitar, com infração de dever funcional, a prática de contrabando ou descaminho.
  - (D) Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a Administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário.
  - (E) Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício.
- 
54. Configura o crime de falsidade ideológica:
- (A) atribuir-se, ou atribuir a terceiro, falsa identidade para obter vantagem, em proveito próprio ou alheio, ou para causar dano a outrem.
  - (B) falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro.
  - (C) omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.
  - (D) utilizar ou divulgar, indevidamente, com o fim de beneficiar a si ou a outrem, ou de comprometer a credibilidade do certame, conteúdo sigiloso de concurso público.
  - (E) falsificar, no todo ou em parte, atestado ou certidão, ou alterar o teor de certidão ou de atestado verdadeiro, para prova de fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo público, isenção de ônus ou de serviço de caráter público, ou qualquer outra vantagem.

**Noções de Direito Processual Penal**

55. De acordo com o Código de Processo Penal, a denúncia ou a queixa serão rejeitadas quando o juiz verificar
- (A) falta de justa causa para a ação penal.
  - (B) a existência manifesta de causa excludente da ilicitude do fato.
  - (C) que o fato narrado é atípico.
  - (D) que está extinta a punibilidade do agente.
  - (E) que o agente praticou os fatos em legítima defesa.
- 
56. Acerca da prisão em flagrante e da prisão preventiva:
- (A) todo cidadão tem o dever legal de prender quem quer que esteja em flagrante delito.
  - (B) a prisão preventiva é cabível nos casos de furto simples, ainda que o acusado seja primário e de bons antecedentes.
  - (C) a decretação da prisão preventiva será obrigatória nos casos de roubo seguido de morte.
  - (D) a prisão preventiva, quando decretada pelo Delegado de Polícia, poderá ter sua duração de, no máximo, 30 dias, improrrogáveis.
  - (E) denomina-se flagrante impróprio quando o agente é perseguido, logo após os fatos, por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser ele o autor do delito.
- 
57. Caberá recurso em sentido estrito da decisão, despacho ou sentença que
- (A) concluir pela competência do juízo.
  - (B) não receber a denúncia ou queixa.
  - (C) impronunciar o réu.
  - (D) decidir sobre a unificação de penas.
  - (E) conceder ou negar o livramento condicional.
- 
58. Interposta apelação, o prazo para oferecimento das razões recursais em caso de condenação pelo crime de receptação qualificada será de
- (A) 05 dias.
  - (B) 15 dias.
  - (C) 10 dias.
  - (D) 08 dias.
  - (E) 30 dias.
- 
59. Sobre a ação penal, de acordo com o Código de Processo Penal,
- (A) o ofendido decairá no direito de queixa ou representação se não o exercer dentro do prazo de 6 meses, contados do dia do cometimento do fato delituoso.
  - (B) o inquérito policial é indispensável para a propositura da ação penal pública incondicionada.
  - (C) na ação penal pública condicionada à representação, sendo esta ato personalíssimo do ofendido, a sua morte acarreta a automática extinção da punibilidade do acusado.
  - (D) se o querelante deixar de promover seu andamento durante 15 dias seguidos, a ação penal privada restará premissa.
  - (E) a queixa, ainda quando a ação for privativa do ofendido, poderá ser aditada pelo Ministério Público, a quem caberá intervir em todos os termos subsequentes do processo.
- 
60. O Juiz estará impedido de atuar no processo se
- (A) tiver funcionado como juiz de outra instância, pronunciando-se sobre a questão dos autos.
  - (B) for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer das partes do processo.
  - (C) for credor ou devedor de qualquer das partes do processo.
  - (D) tiver aconselhado qualquer das partes do processo.
  - (E) for sócio de sociedade interessada no processo.